

PLANOS DE EMERGÊNCIA PARA PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL CONTRA DESASTRES

Introdução

Os membros do Consórcio Latino-Americano para Formação em Conservação Preventiva promoveram um Workshop denominado “Futuros Instrutores en Planes de Emergencia”, em Santiago do Chile, em junho deste ano, com o intuito de criar um grupo de profissionais comprometidos em difundir a preocupação com a proteção do patrimônio contra desastres.

Os seis dias de atividades do workshop foram bastante intensos, comportando uma grande quantidade de informações para os participantes das mais diferentes formações que pudessem atuar no âmbito da “proteção do patrimônio histórico-cultural contra desastres”.

A uniformização dos conceitos sobre “Planos de Emergência” entre os participantes foi o principal tópico discutido neste evento. A discussão do tema é, em si, muito ampla pois este contempla desde a proteção de sítios arqueológicos, até de edifícios históricos e de acervos neles abrigados ou não. Tal proteção não se restringe àquela relativa apenas a emergências advindas de fatores naturais ou causadas pelo homem, como incêndios, inundações, desabamentos, terremotos, maremotos, ventos fortes, atos de terrorismo e de guerra, abandono / negligência etc., mas também ao vandalismo, furto e roubo.

Apesar de haver uma grande expectativa, entre alguns dos participantes, de que o workshop respondesse a perguntas específicas, tal como “quais os sistemas mais eficazes de combate ao fogo com o menor prejuízo possível ao acervo?”, os instrutores e organizadores do workshop o moldaram de uma forma a esclarecer que há a necessidade da formação de equipes multidisciplinares para a configuração de um Plano de Emergência, em que cada profissional tem sua parte de responsabilidade e que ninguém se transformaria num especialista no assunto naqueles poucos dias de atividade. No fundo,

um reforço da questão da multidisciplinaridade tão falada nos meios da Conservação Preventiva e da Restauração.

O workshop contou com a participação de representantes de vários países Latino-Americanos (Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba). A equipe coordenada por Valerie Dorge, com uma ampla experiência de trabalho com o Getty Conservation Institute, contou com os seguintes instrutores estrangeiros: Wilbur Faulk, Jane Hutchins e Barbara Roberts. Os instrutores especialistas chilenos, da Pontifícia Universidade Católica do Chile – anfitriã deste encontro – foram Cecília Beas e Flavia Muzio Consigliere. O Consórcio Latino-Americano é composto pelas seguintes instituições:

- ARGENTINA: Fundación Antorchas;
- BRASIL: Vitae – Apoio à Cultura, Educação e Promoção Cultural; Universidade de São Paulo; Universidade Federal da Bahia; CECOR (Centro de Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis da Universidade Federal de Minas Gerais);
- CHILE: Centro Nacional de Conservación y Restauración; Pontificia Universidad Católica – Escuela de Arte;
- COLÔMBIA: Ministerio de Cultura – Escuela de Restauración; Fundación Universidad Externado de Colombia – Facultad de Restauración de Bienes Muebles
- CUBA: Centro Nacional de Conservación, Restauración y Museología.
- ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA: Getty Conservation Institute.
- MÉXICO: Escuela Nacional de Conservación, Restauración, y Museografía.

Atividades desenvolvidas no Workshop

De acordo com os instrutores, muitas das situações de emergência são perfeitamente previsíveis. Por isso mesmo, a recente inclusão deste tópico na lista das prioridades dentro dos planos de ação da Conservação Preventiva. O desastre, neste contexto, poderia ser definido

como uma situação em que alterações intensas nas pessoas, nos bens, nos serviços e no ambiente, causadas por um fator natural ou pela atividade humana, excedem a capacidade de resposta de uma comunidade afetada (Dorge & Jones 1999 e material didático distribuído no Workshop). A atividade da Conservação Preventiva nestes casos, como o próprio nome indica, é tentar prever as possibilidades de desastres (ou emergências) e todas as ações para minimizar os riscos, assim como também a administração de uma situação de emergência de modo a evitar ou reduzir os danos ao patrimônio cultural envolvido.

Um dos tópicos mais discutidos ao longo do workshop, entre os desastres que podem assolar museus e edifícios históricos, foi a questão do incêndio, pois os acervos, quando atingidos por água ou fungos, podem ter danos bem menores e hipoteticamente restaurados, mas a recuperação de acervos devastados por incêndio é, muitas vezes, impossível (quase sempre com perda total). Os instrutores mostraram a importância desse tipo de abordagem, quando os participantes puderam aprimorar a sensibilidade e o senso de equilíbrio. Apenas desse modo seria possível a elaboração de propostas de planos de emergência, criando subsídios para a tomada de ações preventivas e para situações de avaliação de riscos / emergências.

O workshop já apontava para uma perspectiva de interatividade no seu planejamento, já que os representantes nacionais da Argentina, da Colômbia, de Cuba e do Brasil tiveram que desenvolver, previamente ao evento, algumas tarefas, cujas apresentações ocorreram no segundo dia de atividades. As tarefas consistiam, basicamente, no levantamento de um caso de desastre recente no respectivo país e pesquisa da estrutura de órgãos federais, estaduais, locais e privados que estão envolvidos com a questão da proteção patrimonial e da vida humana em situações de emergência.

A equipe brasileira realizou um trabalho em grupo enfocando dados principalmente relativos aos estados representados, ou seja, Minas Gerais e São Paulo, além dos órgãos atuantes nos níveis regional e federal, utilizando-se dos dados disponíveis nas instituições representadas, assim como naqueles encontrados por busca na Internet.

O objetivo desta atividade prévia era introduzir as equipes nacionais ao tema e verificar a estrutura com que poderiam contar para o desenvolvimento de planos de emergência. Verificou-se que em todos os países abordados existem órgãos em diferentes níveis, conformados de diferentes maneiras, mas que poderiam formar uma rede para situações de emergência também para a proteção do patrimônio histórico-cultural.

No caso do Chile, houve um dia do evento especialmente dedicado ao exemplo chileno de estrutura para enfrentar desastres, visto que este país é vulnerável a um tipo de desastre bastante assolador e inevitável – o terremoto / maremoto. As apresentações de vários especialistas de entidades como a ONEMI – Oficina Nacional de Emergencia de Ministerio de Interior e o Corpo de Bombeiros Voluntários do Chile, mostrou o quanto estes podem ser sensibilizados quanto à importância da proteção do patrimônio histórico-cultural e a distância hoje existente entre tais entidades e aquelas que efetivamente administram este patrimônio.

Mais uma vez, houve aí uma forte intervenção dos instrutores quanto às atividades proativas que os envolvidos no tema deveriam tomar, uma vez que cada país / região possui suas particularidades e seus problemas, mas podem tentar interagir com outras entidades locais para a configuração de seu plano de emergência. O trabalho de sensibilização foi enfatizado inúmeras vezes e parece ser a parte mais difícil desta tarefa, pois ninguém pode desenvolver e colocar em efetividade um plano de emergência eficaz sem o envolvimento institucional. O engajamento das pessoas nas posições mais altas da hierarquia da entidade onde se quer atuar, assim como o estímulo ao trabalho voluntário, foram dois tópicos ressaltados pelos instrutores como importantes para o sucesso de um plano de emergência. Aqui também foi lembrado que a conservação / restauração / proteção de um patrimônio cultural pode, inclusive, fazer parte do importante processo de desenvolvimento da cidadania.

Os vários exemplos de como proceder para a formação de um plano de emergência foram citados e comentados rapidamente, tendo como base o livro-texto “Building an Emergency Plan”, que certamente é uma importante

referência no desenvolvimento prático de planos de emergência.

Um plano de emergência passa por várias fases de desenvolvimento, vindo a ser implantado após anos de trabalho. Assim, o processo pode ser demorado e deve ser conduzido com bastante calma e paciência. O processo envolve as fases de coleta de informações do acervo a ser protegido, ou seja, da documentação e do inventário dos bens culturais a serem preservados, das atividades de conservação preventiva e de educação / conscientização dos envolvidos, sendo que uma das condições ideais é: ter tempo, habilidade e recursos financeiros suficientes. Entretanto, o que efetivamente acontece é que dificilmente todos estes fatores estão presentes simultaneamente, o que faz com que o objetivo seja atingido apenas através de pequenos passos a cada vez. Barbara Roberts recomendou, como um simples exercício, por exemplo, que cada um, ao chegar em sua instituição, desse uma volta por cada canto de seu prédio, procurando conhecer todos os detalhes, todas as saídas, incluindo uma verificação dos telhados (entre-forro) e de toda a vizinhança. Isso já poderia ser um bom passo adiante.

As várias fases de conformação de um plano de emergência foram apresentadas e discutidas, exemplos foram apresentados, e simulações foram realizadas dentro e fora da sala culminando em um exercício efetivo de diagnóstico de uma situação real em um museu (*walk-through*).

Por fim, questões foram abordadas quanto aos próximos passos a serem dados pelos participantes do workshop tanto nas atividades de difusão dos planos de emergência, assim como na sua efetiva implantação nas respectivas entidades.

Outros aspectos discutidos foram as técnicas de ensino para fomentar a experiência de docência e a exploração de estratégias inovadoras, além dos estudos de caso, exercícios interativos, participação na elaboração de artigos técnicos, utilização de recursos de Internet etc. e a criação de um currículo modelo que possa se adaptar para situações variadas de formação, tanto para programas acadêmicos como para cursos de curta duração.

A expectativa é que este evento seja um começo de uma longa jornada, o início de um intercâmbio entre os representantes dos vários países envolvidos, devendo gerar outras ativida-

des conjuntas e futuros workshops. O grupo tem mantido contato através de um endereço eletrônico em *Intranet*, com o compromisso de informes bimestrais sobre as atividades de cada um dos membros.

A necessidade de planos de emergência

Desastres ocorrem quase que diariamente, podendo ser de ordem natural ou causados pelo homem. Dentre os prejuízos causados por fenômenos como furacões, terremotos, eclosões vulcânicas, secas, enchentes, desabamentos e incêndios, atos de guerra, terrorismo ou vandalismo, é possível dizer que o incêndio assola a todos, independente de condições econômicas, políticas ou geográficas e, na maioria das vezes, tem efeitos devastadores, causando perdas e danos irrecuperáveis.

No Brasil, onde não temos tantas causas de desastres naturais como em outros países (terremoto, maremoto, furacões etc), chegamos à conclusão que um dos piores desastres que pode acontecer ao nosso patrimônio é o incêndio.

Em geral, quando pensamos sobre as ações preventivas a serem tomadas em caso de incêndio em edificações, nos preocupamos, prioritariamente, com as medidas que visam a proteção à vida humana, ou seja, a segurança dos ocupantes.

No entanto, apesar da segurança dos ocupantes ser essencial, alguns objetos, edifícios ou sítios históricos/arqueológicos são também de valor inestimável para uma cidade, um país ou até para a Humanidade, como no caso da destruição, intencional, da Biblioteca de Alexandria pelos árabes, fato que será eternamente lamentado. A perda pode também significar um impacto emocional e econômico muito grande para uma certa comunidade.

Quem poderia imaginar um incêndio ou outro desastre qualquer destruindo, por exemplo, o Museu do Louvre, o Museu Britânico ou a Biblioteca do Congresso dos EUA? Seria inadmissível tanto para a comunidade local como para o mundo todo. Pois, nestes casos, mesmo que as obras de arte ou o acervo estejam cobertos por seguro, dinheiro nenhum poderá substituí-los. O seguro de patrimônio cultural não deixa de ser algo apenas simbólico.

Uma das perdas mais marcantes no Brasil, de repercussão mundial, ocorreu no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro em 9 de julho de 1978. Um incêndio destruiu 90% da coleção do museu, que incluía aproximadamente 1000 obras de arte, além de pinturas emprestadas para uma exibição especial. Em apenas 30 minutos o incêndio causou uma perda estimada em 50 milhões de dólares, em valores da época. O edifício, de arquitetura moderna e que não possuía sistema de detecção e alarme automático ou de chuveiros automáticos, foi completamente recuperado, porém o seu acervo nunca voltou a ser o mesmo e a lembrança da tragédia permanece na memória da cidade e do mundo.

Em 1988, um incêndio no bairro histórico do Chiado, em Lisboa, destruiu 18 edifícios datados de 1755, numa área conhecida como “Baixa Pombalina”, por ter sido reconstruída pelo Marquês de Pombal após um grande terremoto que assolou Lisboa no século XVIII. A falta de compartimentação corta-fogo nos edifícios, aliada à grande quantidade de material combustível existente nos seus interiores e à dificuldade de acesso dos bombeiros pelas ruas estreitas do bairro, tomadas por veículos, permitiu o desenvolvimento do incêndio em grandes proporções.

Temos, ainda, como exemplo mais recente em nosso país, um incêndio na Igreja Nossa Senhora do Carmo da cidade de Mariana, tombada pelo IPHAN – Instituto Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que destruiu boa parte do piso de madeira, dois altares laterais e todo o telhado. A igreja, concluída em 1784 e que tinha acabado de passar por um processo de restauração de quatro anos, se destaca dentre as construções coloniais mineiras pela peculiaridade de sua arquitetura. Muitos objetos de arte e imagens datadas do século XVIII foram resgatados pelos moradores no incêndio ocorrido em 20 de janeiro de 1999, e o edifício está sendo recuperado. No entanto, a preciosa pintura barroca do forro foi perdida para sempre. O posto de bombeiros mais próximo se localizava na cidade vizinha de Ouro Preto, levando a uma considerável demora no atendimento da ocorrência. Este foi o fato escolhido por nós para a apresentação no Workshop, no Chile, por representar um exemplo de um dos maiores riscos a que nosso Patrimônio Cultural está submetido.

Em todos os casos apresentados, perdas irrecuperáveis foram registradas, em diferentes escalas, e pergunta-se: estes incêndios não poderiam ser evitados ou seus danos amenizados?

O desenvolvimento de planos

Um plano de emergência tem como objetivo identificar a vulnerabilidade de um edifício ou patrimônio cultural a situações de emergência, antecipar seus efeitos potenciais (sobre os edifícios, coleções e comunidade), indicar como preveni-los, atribuir responsabilidades e propor um plano de ação e de recuperação em caso de emergências.

É certo que qualquer tipo de edificação deveria possuir um plano para as várias emergências que possam ocorrer, como uma emergência médica, um transbordo ou vazamento de água, um vazamento de gás ou mesmo um incêndio. Planos de emergência são muito comuns, por exemplo, em áreas susceptíveis a terremotos ou furacões, onde o fenômeno natural pode gerar múltiplos efeitos secundários como o rompimento de tubulações de água e gás, queda no fornecimento de energia elétrica, interrupção das vias públicas e de meios de comunicação etc. No entanto, estes planos não são tão frequentes como se desejaria em países em desenvolvimento.

O plano de emergência para casos de incêndio em edifícios históricos ou que abrigam acervos histórico-culturais exerce um papel importante na proteção do patrimônio, pois, além de um programa de prevenção contra incêndios, precisa contar com programa de salvamento e recuperação do patrimônio. Não devemos esquecer que a prioridade em uma emergência é sempre a vida humana. Quando lidamos com conservadores e restauradores muito envolvidos emocionalmente com as coleções pelas quais são responsáveis, devemos frisar bastante este fato. Muitos conservadores seriam capazes de colocar suas próprias vidas em risco para salvar um bem cultural. São muitas as perdas humanas com este tipo de reação heróica de enfrentar o perigo (sem avaliar ou conhecer os riscos) para salvar algum objeto (principalmente aqueles objetos carregados de valores sentimentais e simbólicos). Portanto, é fundamental em um plano de emergência o estabelecimento bem preciso de prioridades e atribuições

de responsabilidade. No exercício que praticamos com atribuições de diversos papéis hipotéticos, Wilbur Faulk sempre perguntava *who is in charge of...* (quem é o responsável por...) se referindo aos diversos níveis de responsabilidade e até que ponto uma pessoa interage com a outra.

O acervo pode ser salvo de um incêndio através de uma rápida ação de combate ao fogo, no entanto, deve haver um plano que também minimize os efeitos causados pelo próprio ato de supressão do incêndio ou de outros fatores gerados pela emergência.

A água utilizada para o combate, por exemplo, pode trazer outros danos, caso não seja contida rapidamente. Além disso, o local pode sofrer atos de vandalismo e saque, caso seu acesso fique vulnerável ou seu acervo não seja rapidamente removido para um local seguro. A documentação de todas as alterações relacionadas a uma coleção é fundamental (o que aconteceu, onde, quando, com o quê, de onde saiu, para onde foi). Um inventário bem feito dos bens culturais se revela imprescindível nestes momentos.

O ato do combate ao fogo em si pode gerar grandes perdas caso o bombeiro não conheça o edifício e seu conteúdo. Enquanto os conservadores do patrimônio são os que melhor conhecem suas coleções e os cuidados para sua conservação e recuperação, os responsáveis pela segurança patrimonial do edifício devem conhecer a integridade e a vulnerabilidade do edifício, do acervo e dos sistemas instalados. Por outro lado, os bombeiros são aqueles que têm maior propriedade em assuntos como técnicas de combate ao fogo e salvamento de pessoas em caso de incêndio, porém, geralmente possuem poucas informações sobre os edifícios que vão adentrar e o tipo de material que vão encontrar pela frente.

Dá a importância de um plano de emergência e da integração entre entidades responsáveis pela proteção do patrimônio histórico-cultural – as entidades mantenedoras e os órgãos públicos, dentre eles o departamento de edificações e o corpo de bombeiros.

Além desses personagens acima citados, as várias pessoas que exercem funções de importância dentro do edifício também devem estar envolvidas no plano de emergência, pois responsabilidades devem ser atribuídas e distribuídas, de modo que o plano tenha efeito como uma orquestra afinada (cada um saiba seu

papel e esteja pronto para atuar conforme suas atribuições).

A elaboração e execução de um Plano de Emergência devem contar com o apoio de toda linha hierárquica e administrativa para que seja efetiva. Pode-se levar alguns anos até que toda a estrutura esteja montada e funcionando, pois envolve desde a avaliação das condições de segurança contra incêndio (NFPA 909), à análise de risco a desastres do local, à formação dos vários grupos de ação e até à realização de treinamentos periódicos e simulações anuais, não só envolvendo todos os funcionários, mas também o corpo de bombeiros e a comunidade local (voluntários).

Em resumo, a criação de um plano de emergência deve contemplar as seguintes fases (Dorge 1999):

1. Definir a filosofia de museu / edifício histórico / sítio arqueológico quanto às eventuais situações de emergência
2. Decidir os responsáveis pela coordenação em situações de emergência
3. Definir as áreas de responsabilidade (coordenador, áreas administrativa, de segurança, do edifício, do acervo etc.)
4. Decidir a estratégia para o desenvolvimento do plano
5. Programar e realizar o treinamento de pessoal
6. Prever suprimentos e equipamentos necessários para enfrentar uma emergência
7. Realizar exercícios simulados de evacuação, primeiros socorros e eventos / incidentes inesperados

Conclusões

Procurou-se, nestes parágrafos, levantar a discussão sobre a questão da proteção do patrimônio histórico-cultural contra desastres e situações de emergência. Verificamos a necessidade de um maior compromisso dos profissionais e dos órgãos envolvidos pois, como já foi comentado anteriormente, um desastre pode causar prejuízos de dimensões desproporcionais e perdas irreversíveis para o patrimônio cultural da humanidade. O papel dos conservadores e o envolvimento dos responsáveis pelas instituições que mantêm acervos são primordiais para o sucesso na implantação e manutenção de planos de emergência, os quais devem ser específicos em função do tipo de acervo a ser protegido e das circunstâncias particulares de cada instituição.

Agradecimentos

A participação dos autores no referido workshop foi possível através do apoio da *Vitae – Apoio à Cultura, Educação e Promoção Cultural*.

Os autores também agradecem à ABRACOR pela oportunidade concedida para apresentação deste trabalho, no Congresso ABRACOR, em novembro de 2000, no SESC Pompéia, São Paulo.

Referência bibliográficas

- DORGE, V.; JONES, S.L. (Eds.)
1999 *Building an emergency plan: a guide for museums and other cultural institutions*. Los Angeles: Getty Conservation Institute.
- NATIONAL FIRE PROTECTION ASSOCIATION
1997 *Standard for the Protection of Cultural Resources Including Museums, Libraries, Places of Worship, and Historic Properties*.

Quincy, MA: National Fire Protection Association (NFPA) 909

Rosaria Ono*
Gedley Belchior Braga**
Deise Cavalcante Lustosa***

(*) Agrupamento de Instalações Prediais, Saneamento Ambiental e Segurança ao Fogo da Divisão de Engenharia Civil – Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo (IPT). São Paulo, SP.
(**) Laboratório de Conservação e Restauro do Serviço Técnico de Curadoria do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo.
(***) Instituto Estadual de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural de Minas Gerais (IEPHA). Belo Horizonte, MG .